

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	XIX
PREFÁCIO	XXIII
INTRODUÇÃO	1
Tema e Problema da Pesquisa	1
Hipóteses	3
Objetivos	4
Justificativa	4
Metodologia	5
Divisão Estrutural do Trabalho	6
CAPÍTULO 1	
AS AÇÕES COLETIVAS PROMOVIDAS PELO	
MINISTÉRIO PÚBLICO E O SISTEMA ÚNICO COLETIVO:	
O INQUÉRITO CIVIL COMO UM INSTRUMENTO DE	
GARANTIA DOS INTERESSES METAINDIVIDUAIS E	
INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	7
1.1. Noções Gerais	7
1.2. Ações Coletivas: Definição	11
1.3. O Direito Processual Coletivo Brasileiro e o	
Sistema Único Coletivo	20
1.4. O “Fascismo Social” e a Necessidade de o Direito	
buscar a Justiça Concreta e Material	33
1.5. Conclusão do Capítulo	41

CAPÍTULO 2

O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: DE UM MODELO DEMANDISTA A UM RESOLUTIVO	45
2.1. Considerações Gerais	45
2.2. As Origens Etimológicas das Expressões “Ministério Público” e “Parquet”	46
2.3. O Conceito de Ministério Público	49
2.4. A Natureza Jurídica do Ministério Público Brasileiro	54
2.5. Breve Escorço Histórico: Origens Remotas e Próximas do Ministério Público Ocidental	58
2.6. Breve História do Ministério Público Brasileiro: Dos Primórdios até a Lei Complementar n. 40/80	67
2.7. O Ministério Público Brasileiro na Constituição de 1988	72
2.7.1. Noções Gerais	72
2.7.2. O Ministério Público como um Fator Real de Poder a partir da Constituição da República de 1988	81
2.7.3. A Superação, a partir da Constituição da República de 1988, dos Óbices Levantados à Defesa Coletiva por Parte do Ministério Público Brasileiro	83
2.7.4. O Estatuto Jurídico do Ministério Público na Constituição da República de 1988	85
2.7.5. Instituição Permanente: o Ministério Público como Integrante do Núcleo Imodificável da Constituição da República de 1988	87
2.7.6. Os Princípios Institucionais do Ministério Público	90
2.7.7. Os vários Ministérios Públicos Brasileiros	94
2.7.8. A Posição do Ministério Público no Contexto da Separação das Funções Estatais, no Brasil e no exterior ...	97
2.7.8.1. A Posição do Ministério Público brasileiro no Contexto da Separação das Funções Estatais	97
2.7.8.2. Alguns Exemplos Estrangeiros da Posição do Ministério Público no Contexto da Separação das Funções Estatais	100
2.8. Os Dois Modelos de Ministério Público: O Demandista e o Resolutivo	102

CAPÍTULO 3

O INQUÉRITO CIVIL E AS INVESTIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO: UMA ABORDAGEM PRÁTICA	107
3.1. Noções Gerais	107
3.2. Os Poderes Investigatórios do Ministério Público Brasileiro ..	108
3.2.1. O Poder Investigatório Criminal do Ministério Público ...	108
3.2.2. O Poder Investigatório Cível do Ministério Público	117
3.3. As Duas Principais Funções do Inquérito Civil	126
3.4. A Origem Histórica do Inquérito Civil	129
3.5. A Natureza Jurídica do Inquérito Civil	131
3.6. As Normas Jurídicas Pertinentes ao Inquérito Civil:	
Da Aplicação Subsidiária e Analógica do CPP e do CPC a Ele ...	135
3.7. As Principais Características do Inquérito Civil	141
3.7.1. Esclarecimentos Preliminares	141
3.7.2. Inquisitividade e Unilateralidade	142
3.7.3. Publicidade Mitigada	151
3.7.3.1. Considerações Gerais	151
3.7.3.2. O Acesso aos Autos do Inquérito Civil Sigiloso pelo Investigado ou por seu Advogado	156
3.7.4. Facultatividade e Dispensabilidade	159
3.7.5. Exclusividade de Titularidade	162
3.7.6. Formalidade Estrita	164
3.7.7. Autoexecutoriedade	166
3.8. O Inquérito Civil e a Independência entre as Instâncias	167
3.9. Do Conceito Inquérito Civil	170
3.10. Da Nomenclatura	171
3.11. Dos Procedimentos Investigatórios Análogos ao Inquérito Civil	172
3.12. Do Inquérito Civil e do Processo Administrativo do Procon Estadual Mineiro	174
3.13. O Objeto do Inquérito Civil	176
3.14. Da Instauração e Condução do Inquérito Civil	186
3.15. Dos Instrumentos Investigatórios Cíveis	
do Ministério Público	195
3.15.1. Noções Gerais	195
3.15.2. Notificações	196

3.15.3. Inspeções	198
3.15.4. Requisições	198
3.16. Das Recomendações do Ministério Público	206
3.17. O Compromisso de Ajustamento de Condutas:	
Conceitos Gerais	209
3.18. O Compromisso de Ajustamento de Condutas e as Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais: Alguns Aspectos Práticos	221
3.19. Do Conflito de Atribuições	224
3.20. A Conclusão do Inquérito Civil	226
3.21. Alguns Aspectos acerca do Arquivamento do Inquérito Civil	229
3.22. O Arquivamento de outros Casos que não os da LACP	233
3.23. A Reabertura do Inquérito Civil	235
3.24. O Valor Probatório Processual do Inquérito Civil	239
 CAPÍTULO 4	
O TRATAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL NAS PRINCIPAIS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO COLETIVO BRASILEIRO	243
4.1. Noções Gerais	243
4.2. Do Inquérito Civil no Anteprojeto de “Código Modelo de Processos Coletivos para a Ibero-América”	247
4.3. Do Inquérito Civil no Anteprojeto de “Código Brasileiro de Processos Coletivos” Proposto pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (“Anteprojeto USP”)	248
4.4. Do Inquérito Civil no Anteprojeto de “Código Brasileiro de Processos Coletivos” Elaborado no Âmbito dos Programas de Pós-Graduação da UERJ e UNESA	250
4.5. Do Inquérito Civil no Projeto de Lei n. 5.139/09	251
4.6. Conclusão do Capítulo	256
 CONCLUSÕES	259
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	271